

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seus artigos iniciais, os fundamentos e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, bem como os princípios que regem suas relações internacionais. Esses elementos constituem a base axiológica do ordenamento jurídico brasileiro e condicionam a interpretação de todas as demais normas constitucionais e infraconstitucionais. Considerando os princípios fundamentais previstos nos Artigos 1º a 4º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são os fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1.º da Constituição Federal de 1988.
- (B) O pluralismo político figura entre os objetivos fundamentais da República, enumerados no artigo 3.º da Constituição Federal de 1988.
- (C) A erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, arrolados no artigo 3.º da Constituição Federal de 1988, integram o rol de fundamentos da República ao lado da soberania e do pluralismo político.
- (D) A prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos são fundamentos da República Federativa do Brasil, listados no artigo 1.º da Constituição Federal de 1988.

Questão 02

Os princípios de contabilidade representam os fundamentos conceituais que orientam o registro e o tratamento das informações financeiras, garantindo a uniformidade e a comparabilidade das demonstrações contábeis. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O princípio da continuidade pressupõe que a entidade continuará a operar por prazo indeterminado, razão pela qual os ativos devem ser avaliados pelo custo histórico e nunca pelo seu valor de liquidação, independentemente da situação financeira da entidade.

(__) O princípio da competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente da data do recebimento ou pagamento das somas em dinheiro correspondentes.

(__) O princípio da oportunidade refere-se à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que os fatos contábeis sejam registrados integralmente no momento em que ocorrem.

(__) O princípio da prudência determina que, quando existirem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais, o contador adote aquela que resulte no menor valor para os ativos ou no maior valor para as exigibilidades.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) F, V, V, V.
- (D) F, F, V, V.

Questão 03

A auditoria fiscal utiliza técnicas específicas para obter evidências suficientes e adequadas sobre os fatos declarados pelo contribuinte, permitindo ao Auditor Fiscal avaliar a conformidade das obrigações tributárias com a legislação vigente. A correta aplicação dessas técnicas é determinante para a qualidade dos trabalhos de fiscalização e para a validade dos lançamentos de ofício. Considerando as técnicas de auditoria fiscal aplicadas na atividade do Auditor Fiscal de Tributos, assinale a alternativa correta.

- (A) A análise documental na fiscalização tributária restringe-se aos livros contábeis obrigatórios, sendo vedado ao Auditor Fiscal o acesso a arquivos eletrônicos e sistemas informatizados do contribuinte sem prévia autorização judicial.
- (B) A revisão analítica consiste na aplicação de testes físicos sobre estoques, sendo utilizável somente em auditorias patrimoniais e inaplicável na fiscalização do ISS.
- (C) O levantamento quantitativo de mercadorias é técnica privativa da auditoria independente, não sendo aplicável nos procedimentos de fiscalização tributária conduzidos pela Administração.
- (D) O cruzamento de informações compara declarações, notas fiscais, registros contábeis e dados de terceiros para identificar divergências e omissões de receitas do contribuinte.

Questão 04

Os atos administrativos possuem elementos essenciais à sua validade e atributos que os distinguem dos atos de direito privado, sendo sua invalidação disciplinada por regras próprias do direito administrativo. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)A revogação do ato administrativo opera efeitos ex tunc, desfazendo retroativamente os efeitos do ato desde sua origem, sendo cabível quando identificado vício de legalidade superveniente à sua edição.

(__)A convalidação é vedada no direito administrativo brasileiro, pois todo ato eivado de vício, seja de competência, seja de forma, deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.

(__)A imperatividade é atributo do ato administrativo pelo qual a Administração depende da concordância do administrado para impor obrigações, não se vinculando à supremacia do interesse público sobre o particular.

(__)O motivo do ato administrativo corresponde à situação de fato e de direito que justifica a prática do ato, podendo ser vinculado, quando a lei o define previamente, ou discricionário, quando conferido ao agente margem de valoração.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, F.

Questão 05

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é tributo de competência municipal e do Distrito Federal, regulado pela Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre os serviços tributáveis, as alíquotas mínima e máxima e as regras de incidência territorial. O ISS tem relevância central na atuação do Auditor Fiscal de Tributos municipal. Considerando as normas da Lei Complementar n.º 116/2003 sobre o ISS, assinale a alternativa correta.

- (A) O ISS recai somente sobre serviços prestados por pessoas jurídicas, sendo vedada sua exigência de profissionais autônomos que atuam de forma individual.
- (B) Serviços não previstos na lista anexa à Lei Complementar n.º 116/2003 podem ser tributados pelo ISS municipal quando prestados de forma onerosa e habitual, por força do princípio da capacidade contributiva e da competência impositiva do Município.
- (C) A exportação de serviços para o exterior é fato gerador do ISS, sendo vedada sua desoneração por lei complementar em razão do princípio da territorialidade tributária.
- (D) A alíquota máxima do ISS é de cinco por cento, sendo vedada aos Municípios a fixação de percentual superior, conforme o artigo 8.º da Lei Complementar n.º 116/2003.

Questão 06

A concessão do Habite-se e a vistoria administrativa, no âmbito do Código de Obras e Edificações de Barra Bonita/SC, integram o exercício da fiscalização edilícia, motivo pelo qual o conhecimento dos requisitos formais e materiais previstos na norma orienta a atuação técnica do auditor fiscal de tributos e obras. Assim, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O Habite-se configura ato administrativo cuja expedição depende da regularização da obra pela aprovação de projeto e da emissão do alvará de construção.

(__) A ocupação de prédio novo ou em reforma prescinde de vistoria administrativa prévia, quando o responsável técnico apresenta declaração de conformidade da obra com o projeto aprovado.

(__) A vistoria administrativa do Habite-se condiciona-se ao funcionamento das instalações hidrossanitárias, elétricas e de prevenção contra incêndios da edificação.

(__) A fiscalização das obras pelo Município alcança a verificação de conformidade do projeto aprovado, ficando a observância das demais leis pertinentes a cargo do responsável técnico da obra.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 07

A Constituição Federal de 1988 e a legislação infraconstitucional disciplinam a prestação e a delegação dos serviços públicos, estabelecendo princípios, formas de outorga e limites à atuação dos particulares. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A concessão de serviço público implica transferência da titularidade do serviço ao concessionário, que passa a prestá-lo em nome próprio e por sua conta e risco, podendo subconcessionar livremente parcelas do serviço independentemente de previsão contratual.

(__) O princípio da continuidade dos serviços públicos impõe que a prestação não seja interrompida de forma arbitrária, sendo admitida a interrupção em situações de emergência ou após prévio aviso ao usuário, nos casos de inadimplência ou necessidade de realização de manutenção.

(__) A permissão de serviço público é formalizada por contrato de adesão, sendo outorgada a título precário e podendo ser revogada unilateralmente pela Administração, com indenização ao permissionário pelos danos decorrentes da revogação antecipada.

(__) Os serviços públicos podem ser delegados a particulares por meio de concessão, permissão ou autorização, sendo que a concessão e a permissão são formalizadas mediante contrato administrativo e precedidas de licitação.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, F.

Questão 08

O processo administrativo federal é regulado pela Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece normas básicas sobre os direitos dos administrados, os deveres da Administração e os princípios a que devem se submeter todos os procedimentos administrativos no âmbito federal. No exercício da fiscalização tributária e de obras, o auditor fiscal atua frequentemente em processos administrativos que demandam observância rigorosa dessas normas. Considerando os princípios e as disposições da Lei n.º 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) A motivação dos atos é dispensável quando a decisão for favorável ao requerente, sendo exigida somente nos casos de indeferimento total ou parcial do pedido.
- (B) O contraditório e a ampla defesa garantem ao administrado o direito de ser informado sobre o processo, apresentar alegações e produzir provas antes de qualquer decisão desfavorável.
- (C) A desistência do requerente extingue o processo administrativo, impedindo a Administração de lhe dar prosseguimento quando houver interesse público em jogo.
- (D) O princípio da eficiência autoriza a Administração a suprimir a fase de defesa prévia quando a celeridade for prioritária, desde que o ato final seja motivado e o administrado notificado em momento posterior sobre a decisão proferida.

Questão 09

A análise de documentos fiscais e contábeis constitui atividade central da fiscalização tributária, exigindo do Auditor Fiscal o domínio de técnicas que permitam identificar inconsistências, omissões de receitas e irregularidades no cumprimento das obrigações acessórias. Dado o contexto, analise as afirmativas a seguir:

I.A nota fiscal eletrônica substitui integralmente os livros fiscais obrigatórios do contribuinte, tornando desnecessário o preenchimento e a manutenção de Livro de Registro de Saídas e de Entradas para fins de fiscalização tributária municipal.

II.A análise da escrituração contábil do contribuinte permite ao Auditor Fiscal verificar a coerência entre as receitas declaradas, os saldos de caixa e bancos, os registros de estoques e as movimentações financeiras, identificando eventuais omissões de receitas ou despesas fictícias.

III.O arbitramento da base de cálculo tributária pelo Auditor Fiscal é cabível quando o contribuinte não mantém os livros e documentos exigidos pela legislação, quando os registros apresentam indícios de irregularidade ou quando o contribuinte recusar apresentar sua escrituração à autoridade fiscal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) II apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 10

Os poderes administrativos são instrumentos que a ordem jurídica outorga ao Estado para que possa desempenhar suas funções com efetividade, cada qual com características e limites definidos pela legislação e pela doutrina. Considerando os poderes administrativos e suas distinções doutrinárias, analise as afirmativas a seguir.

I.O poder regulamentar é exercido pelo Chefe do Poder Executivo para expedir regulamentos que visem à fiel execução das leis, não podendo criar obrigações originais não previstas no texto legal, sob pena de ilegalidade.

II.O poder disciplinar faculta à Administração Pública aplicar sanções tanto a servidores públicos quanto a particulares que tenham celebrado algum vínculo específico com o Estado, como contratos administrativos ou concessões de serviço público.

III.O poder hierárquico confere à Administração a prerrogativa de avocar e delegar atribuições entre órgãos e agentes, sendo exercível de forma irrestrita, independentemente da natureza das atribuições delegadas ou avocadas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) I apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 11

À luz dos princípios e regras da Administração Pública previstos na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O princípio da publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, tem por finalidade assegurar ao administrador público a discricionariedade para restringir o acesso a informações de natureza orçamentária quando julgar conveniente à eficiência administrativa.

(__) O princípio da moralidade, elencado no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, impõe à Administração Pública a observância de padrões éticos de conduta, exigindo que os atos administrativos sejam pautados pela boa-fé e pela probidade.

(__) Os cargos em comissão na Administração Pública federal destinam-se a funções de chefia, direção e assessoramento e são de livre nomeação e exoneração, podendo ser providos por servidores de carreira ou por pessoas sem vínculo com o serviço público.

(__) A licitação pública constitui exigência constitucional destinada a garantir a isonomia entre os concorrentes e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, sendo sua obrigatoriedade prevista no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, F.
- (D) F, F, V, F.

Questão 12

O poder de polícia administrativa, que fundamenta boa parte da atuação dos auditores fiscais de tributos e obras, apresenta atributos específicos que o distinguem dos demais poderes administrativos. Considerando o conceito, os atributos e os limites do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoexecutoriedade do poder de polícia permite à Administração executar suas decisões diretamente, sem prévia autorização judicial, nos casos previstos em lei ou em situações de urgência comprovada.
- (B) A coercibilidade do poder de polícia autoriza a Administração a impor obrigações unilateralmente ao particular, sendo esse atributo insuscetível de controle jurisdicional em razão da supremacia do interesse público sobre o privado.
- (C) A discricionariedade é atributo presente em todas as manifestações do poder de polícia, afastando qualquer vinculação legal nos atos de fiscalização.
- (D) O poder de polícia somente se manifesta por ato formal escrito, sendo vedadas atuações materiais diretas como demolições e interdições de estabelecimentos.

Questão 13

A obrigação tributária é o vínculo jurídico que surge entre o sujeito ativo e o sujeito passivo em razão de fato gerador previsto em lei, podendo ter natureza principal ou acessória, conforme o objeto da prestação exigida. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se com o crédito dela decorrente, conforme o artigo 113, § 1.º, do Código Tributário Nacional.

(__) A obrigação tributária acessória é independente da obrigação principal, de modo que a extinção desta não implica, necessariamente, a extinção daquela, sendo possível exigir o cumprimento de deveres formais mesmo nos casos de imunidade ou isenção do tributo.

(__) A obrigação tributária acessória tem por objeto uma prestação pecuniária, equivalendo, em sua natureza jurídica, à obrigação principal, distinguindo-se desta pelo valor reduzido das prestações exigidas do sujeito passivo.

(__) O não cumprimento da obrigação tributária acessória converte-a em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária correspondente, na forma do artigo 113, § 3.º, do Código Tributário Nacional.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, F, F, F.

Questão 14

Os procedimentos de fiscalização tributária são regulados pelo Código Tributário Nacional e pela legislação específica de cada ente federativo, definindo os direitos e os deveres da autoridade fiscal e do contribuinte durante a realização da ação fiscal. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O início do procedimento fiscal, mediante a lavratura de Termo de Início de Fiscalização ou ato equivalente, exclui a espontaneidade do contribuinte, impedindo que ele se beneficie da denúncia espontânea com exclusão da multa para os fatos abarcados pelo procedimento.

(__) A autoridade fiscal pode requisitar informações ao contribuinte e a terceiros, inclusive instituições financeiras, sem necessidade de observância de procedimentos legais específicos para acesso a dados protegidos por sigilo, desde que se trate de interesse da administração tributária.

(__) O contribuinte notificado para apresentar documentos e livros fiscais dispõe de prazo para atendimento, admitida prorrogação quando prevista ou autorizada pela autoridade competente, sendo cabível a lavratura de auto de infração em caso de não apresentação da documentação após o término do prazo concedido.

(__) O Termo de Encerramento de Fiscalização ou Termo de Conclusão é ato formal que encerra o procedimento fiscal, podendo dar origem ao Auto de Infração e Imposição de Multa quando constatadas irregularidades, ou ao Termo de Verificação Fiscal quando não identificadas infrações tributárias.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, F, F.
- (C) V, F, V, V.
- (D) F, F, V, V.

Questão 15

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é tributo de competência municipal que incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana do Município. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A progressividade do IPTU no tempo, prevista no artigo 182, § 4.º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, é aplicável a qualquer imóvel urbano cujo proprietário não pague o imposto em dia, como forma de sanção pelo inadimplemento fiscal.

(__) A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, podendo o Município atualizá-la anualmente por decreto, desde que a atualização se limite à variação do índice oficial de correção monetária adotado pelo próprio Município.

(__) O imóvel rural que comprovadamente se destine à atividade agrícola, desde que localizado em área contígua ao perímetro urbano, é imune ao IPTU e sujeita-se necessariamente ao Imposto Territorial Rural.

(__) O contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, conforme o artigo 34 do Código Tributário Nacional.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, F, V.

Questão 16

O sistema tributário nacional disciplina as espécies de tributos e seus respectivos fatos geradores, estabelecendo critérios para sua instituição e cobrança. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir:

I. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, conforme o artigo 77 do Código Tributário Nacional.

II. As contribuições de melhoria são tributos cobrados em razão de obra pública da qual decorra valorização imobiliária para o contribuinte, sendo seu limite total o custo da obra realizada e seu limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

III. Os empréstimos compulsórios são tributos classificados como impostos de natureza especial pela doutrina majoritária e pelo Código Tributário Nacional, por apresentarem fato gerador e base de cálculo próprios dos impostos ordinários.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II apenas.
- (D) I e III apenas.

Questão 17

A responsabilidade tributária é o vínculo pelo qual a lei atribui a terceiro, que não realizou o fato gerador, a obrigação de pagar o tributo ou penalidade pecuniária, podendo ser por substituição ou por transferência, conforme as regras do Código Tributário Nacional. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A responsabilidade dos sucessores, prevista no artigo 129 do Código Tributário Nacional, abrange os créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos de aquisição ou de sucessão, bem como os constituídos posteriormente ao ato, desde que relativos a obrigações surgidas até aquela data.

(__) Na responsabilidade de terceiros prevista no artigo 134 do Código Tributário Nacional, os responsáveis arrolados respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, quando impossível exigir o cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte.

(__) A responsabilidade pessoal dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas decorre simplesmente da função que exercem na empresa, sendo automática independentemente de comprovação de conduta dolosa ou de excesso de poderes praticado no exercício do cargo.

(__) A responsabilidade tributária por infrações é pessoal do agente quando a infração configurar crime ou contravenção, quando for praticada com dolo específico contra a pessoa jurídica, ou quando decorrer de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, nos termos do artigo 137 do Código Tributário Nacional.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, F, V, V.

Questão 18

O crédito tributário representa a formalização da relação jurídica tributária, sendo constituído pelo lançamento, que é ato privativo da autoridade administrativa tendente a verificar a ocorrência do fato gerador, identificar o sujeito passivo e calcular o montante devido. As modalidades de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário são taxativamente previstas no Código Tributário Nacional. Considerando as normas do Código Tributário Nacional sobre crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento por homologação permite à autoridade fiscal homologar a atividade do contribuinte a qualquer momento, sem prazo definido no Código Tributário Nacional.
- (B) A anistia alcança tanto as penalidades pecuniárias quanto o tributo principal, extinguindo integralmente o vínculo obrigacional tributário.
- (C) A compensação tributária opera-se de forma automática, independentemente de autorização legislativa, bastando que o sujeito passivo possua créditos líquidos e certos contra a Fazenda para que se produza o efeito extintivo imediato da obrigação.
- (D) O depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário, impedindo a Fazenda Pública de adotar medidas de cobrança enquanto perdurar o depósito, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional.

Questão 19

O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) é tributo de competência municipal que incide sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia. Considerando as regras constitucionais e do Código Tributário Nacional sobre o ITBI, analise as afirmativas a seguir.

I.O ITBI incide sobre a transmissão de bens imóveis decorrente de incorporação de bens ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, ressalvadas apenas as hipóteses em que o adquirente seja entidade imune ou isenta do tributo.

II.A base de cálculo do ITBI corresponde ao valor declarado pelo contribuinte na escritura de transmissão do imóvel, sendo vedado ao Município arbitrar valor superior ao declarado, independentemente do valor venal atribuído ao imóvel para fins de IPTU.

III.O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis não incide sobre a transmissão de bens imóveis quando o adquirente é uma pessoa jurídica que os incorpora ao seu patrimônio em realização de capital, salvo quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda de imóveis, a locação de bens imóveis ou o arrendamento mercantil.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III apenas.

Questão 20

Durante diligência de rotina, o auditor fiscal de tributos e obras constata obra de reforma residencial cujo responsável depositou entulhos de construção sobre a calçada fronteira e produziu danos ao meio-fio do passeio público durante a movimentação de caçamba. Considerando as vedações previstas no Código de Posturas de Barra Bonita, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Lavrar autuação por conduta vedada pelo Código de Posturas, dada a danificação do meio-fio e a permanência de entulhos de construção na via pública.
- (B) Aplicar advertência verbal ao responsável pela obra, dada a inexistência de vedação expressa no Código de Posturas para a movimentação de caçambas no passeio.
- (C) Conceder prazo de regularização sem autuação, dado o caráter temporário da obra residencial e a possibilidade de remoção dos entulhos pelo responsável.
- (D) Encaminhar a ocorrência ao órgão de trânsito municipal, dado o conflito com a circulação de veículos na via lindeira ao imóvel objeto da reforma.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Maior Sorte

O médico me olhou achando graça.

"Parece até que você está indo ao cinema" comentou sobre meu relaxamento.

Tentei falar que talvez tivesse algo a ver com a epidural, mas as palavras não saíram, e só consegui esboçar um sorriso indeciso. As paredes brancas eram tão claras que me cegavam como se fosse um quarto escuro feito breu, e logo caí num sono profundo. A próxima coisa que me lembro foram os gritos.

Eu os ouvia através de um véu, que tornava o som oco e distante, ainda que me perfurassem. Sua dor, eu acredito, doía mais em mim do que em você.

De repente, como que por mágica, o silêncio reinou.

Olho para baixo e lá está você, com a cabecinha mole que tanto me aterrorizou nos meses seguintes, encostada no meu peito. Você era uma paz que eu nunca soube ter. Apesar do parto tranquilo, você estava virada. O médico não te retirou, como é de praxe, pela cabeça, mas pela sua bundinha de neném. Ele brincou que você nasceu com o bumbum virado pra lua, mas eu sabia que isso não era brincadeira nenhuma. A sua primeira sorte foi ter vindo de mim. O que são casualidades e probabilidades se não esse conceito místico e até vulgar que chamamos de boa ou má sorte? Eu gostaria de entender, mas vou deixar essa para os filósofos. Só sei que a calma do seu nascimento foi um presságio de todos os trevos de quatro folhas que você encontraria ao longo da vida. A sua segunda sorte deve ter sido como nunca te deixei cair de maneira fatal, como você sempre atravessou a rua de forma segura, mesmo que soltasse as minhas mãos, que nunca deixaram de buscar as suas, e que por sua vez só buscavam independência. Para ficar vivo, necessita-se de uma baita sorte. E, por te ter comigo, ganhei na loteria.

MAGALHÃES, Livia Batista. Maior sorte. In: MALULY, Luciano Victor Barros; MUÑOZ, Daniel Azevedo; TÔZO, Carla de Oliveira (org.). Crônicas para ler e ouvir: número 2. São Paulo: ECA-USP, 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1095/1000/3699>. Acesso em: 14 abr. 2026.

Questão 21

Um estudante, ao reescrever trechos do texto com o objetivo de praticá-los em outros contextos, produziu as frases abaixo. Considere as afirmativas sobre os vícios de linguagem presentes nessas reescritas:

I. Na frase "A narradora subiu acima para ver o bebê", o emprego de subiu acima constitui pleonasma vicioso, pois a ideia de direção ascendente já está contida no próprio verbo subir, tornando acima semanticamente redundante.

II. Na frase "Vi a mãe segurar a filha com os seus olhos marejados", há ambiguidade estrutural, pois a locução com os seus olhos marejados pode ser interpretada como adjunto da mãe ou como adjunto da filha, sem que o contexto resolva a dúvida.

III. Na frase "O nascimento dela foi lindo, lindo, lindo", a repetição de lindo configura eco, vício que ocorre quando há repetição de sons ou palavras em sequência sem intenção estilística reconhecível.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 22

O texto articula ideias em diferentes camadas: o que é dito diretamente, o que serve de apoio narrativo e o que o leitor precisa inferir.

Nesse contexto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A ideia central do texto é uma reflexão sobre a sorte como força que perpassa a vida da filha desde o nascimento, manifestando-se em episódios concretos narrados pela mãe.

PORQUE

II. Os episódios do parto pélvico, das mãos que buscam as da filha e da travessia segura da rua não são o foco principal da narrativa, mas funcionam como argumentos secundários que sustentam e ilustram a tese central da narradora.

A respeito dessas asserções, assinale a opção CORRETA:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 23

Na frase "Para ficar vivo, necessita-se de uma baita sorte", o termo "se" exerce a função de _____, uma vez que acompanha um verbo transitivo indireto. Além disso, o segmento "de uma baita sorte" desempenha a função de _____, exigido pela regência do verbo necessitar.

Assinale a alternativa que corretamente completa, respectivamente, as lacunas no excerto:

- (A) índice de indeterminação do sujeito, objeto direto.
- (B) índice de indeterminação do sujeito, objeto indireto.
- (C) pronome reflexivo, complemento nominal.
- (D) partícula apassivadora, sujeito paciente da voz passiva sintética.

Questão 24

Sobre a classificação sintática da oração "que você está indo ao cinema" no período "Parece até que você está indo ao cinema" e sua relação com o verbo da oração principal, pode-se afirmar que:

- (A) A oração "que você está indo ao cinema" é subordinada substantiva subjetiva, pois exerce a função de sujeito do verbo parecer, que, nessa construção, é impessoal e não admite sujeito próprio expresso.
- (B) A oração "que você está indo ao cinema" é subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido do verbo parecer como seu objeto direto, já que o verbo, nessa construção, exige complemento não introduzido por preposição.
- (C) A oração "que você está indo ao cinema" é subordinada substantiva completiva nominal, pois o verbo parecer, nessa construção, perde sua autonomia verbal e passa a funcionar como núcleo nominal que exige complemento introduzido pela conjunção que.
- (D) A oração "que você está indo ao cinema" é subordinada substantiva predicativa, pois o verbo parecer, mesmo em uso impessoal, funciona como verbo de ligação nessa construção, e a oração exerce a função de predicativo do sujeito.

Questão 25

Considere as afirmativas relacionadas ao emprego da vírgula nas frases extraídas do texto e registre V para verdadeiras e F para falsas:

(___) Na frase "Eu gostaria de entender, mas vou deixar essa para os filósofos", a vírgula antes de mas é facultativa pela norma culta, pois separa duas orações coordenadas adversativas de mesmo sujeito.

(___) Na frase "Apesar do parto tranquilo, você estava virada", a vírgula separa um adjunto adverbial concessivo deslocado para o início do período, uso consagrado pela gramática normativa.

(___) Na frase "Sua dor, eu acredito, doía mais em mim do que em você", as vírgulas isolam uma oração intercalada que não interfere na estrutura sintática da oração principal, podendo ser suprimida sem prejuízo gramatical.

Assinale a alternativa com a sequência CORRETA de cima para baixo:

- (A) V, V, V.
- (B) F, V, V.
- (C) V, F, V.
- (D) V, V, F.

Questão 26

O texto combina diferentes tipos textuais ao longo de sua construção. Sobre a predominância e a combinação de tipos textuais presentes no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O texto é predominantemente narrativo, com sequências descritivas intercaladas; o trecho em que a narradora reflete sobre sorte, casualidades e probabilidades introduz uma sequência argumentativa que coexiste com a estrutura narrativa dominante.
- (B) O texto combina tipos narrativo e expositivo em proporções equivalentes: a cena do parto expõe informações objetivas sobre o nascimento, enquanto as reflexões sobre sorte narram a experiência subjetiva da narradora de forma cronológica.
- (C) O texto é predominantemente argumentativo, pois a narradora constrói, do início ao fim, uma tese sobre o conceito de sorte, valendo-se de episódios do nascimento como argumentos que sustentam sua posição sobre o tema.
- (D) O texto é predominantemente descritivo, pois a narradora se dedica a caracterizar personagens, sensações e ambientes — como o quarto branco, os gritos e a cabecinha mole do bebê —, sem que haja uma progressão narrativa que organize os eventos no tempo.

Questão 27

No final do texto, a narradora afirma: "E, por te ter comigo, ganhei na loteria." Levando em conta o modo como a ideia de "sorte" é construída ao longo de todo o texto, essa frase final representa uma virada importante: quem, até então, era apresentado como o ser sortudo passa a ser a própria narradora. Sobre essa mudança e o que ela revela, é CORRETO afirmar que:

- (A) A virada mostra que a narradora, no fundo, sempre soube que era ela quem precisava da filha, e não o contrário — o texto inteiro funciona como uma confissão disfarçada dessa dependência afetiva.
- (B) A frase revela que a sorte, no texto, não é uma via de mão única: ao proteger e acompanhar a filha, a narradora também foi, ela mesma, presenteada — o amor materno aparece, ao fim, como fonte de ganho para quem o exerce.
- (C) A conclusão indica que a narradora supera o medo e a insegurança do parto ao perceber que a filha sobreviveu — o alívio diante do perigo passado é o que ela chama, metaforicamente, de ter "ganhado na loteria".
- (D) A inversão acontece porque a narradora percebe, ao final, que a sorte da filha sempre dependeu exclusivamente dela — e reconhecer esse papel de protetora é o que a faz sentir que "ganhou".

Questão 28

Considerando o funcionamento da concordância verbal no trecho "A próxima coisa que me lembro foram os gritos", assinale a alternativa que explica corretamente a flexão do verbo "foram", levando em conta a relação entre os termos da oração e os efeitos de sentido produzidos.

- (A) A concordância é determinada pela proximidade entre verbo e termo plural, independentemente da função sintática exercida pelos constituintes.
- (B) A concordância ocorre com "os gritos", que funciona como núcleo do predicativo, levando o verbo a concordar no plural, mesmo com sujeito expresso no singular.
- (C) A concordância é opcional entre "coisa" e "gritos", já que o verbo pode ajustar-se a qualquer termo sem alteração relevante de sentido.
- (D) A concordância ocorre com "a próxima coisa", pois este termo mantém a centralidade sintática da oração, ainda que o predicativo esteja no plural.

Questão 29

Na frase em destaque no texto:

"A próxima coisa que me lembro foram os gritos."

O pronome oblíquo átono *me* está em próclise em relação ao verbo *lembro*. Sobre a justificativa gramatical dessa colocação e sobre a possibilidade de outras posições para esse pronome nessa frase, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A próclise é justificada pelo pronome relativo "que", mas também seria aceita nessa oração caso o verbo estivesse no futuro do presente, hipótese em que a mesóclise passaria a ser a colocação preferencial segundo a norma culta.
- (B) A próclise é atraída pelo pronome relativo "que", que funciona como fator proclisador; a ênclise seria gramaticalmente possível nessa oração, mas produziria uma construção marcada e de baixa aceitação na norma culta escrita.
- (C) A próclise decorre do pronome relativo "que", elemento proclisador reconhecido pela gramática normativa; a mesóclise seria a única alternativa formal admissível nessa estrutura, embora seja recurso restrito à linguagem literária de registro elevado.
- (D) A próclise é obrigatória porque a oração é introduzida por pronome relativo, que atua como elemento de próclise; nesse contexto, a ênclise e a mesóclise são igualmente vedadas pela norma culta.

Questão 30

Considere o seguinte trecho:

"mesmo que soltasse as minhas mãos, que nunca deixaram de buscar as suas, e que por sua vez só buscavam independência."

O conectivo "mesmo que" introduz uma concessão — isto é, admite um fato que poderia contradizer o que vem antes, mas não contradiz. Sobre o papel desse recurso na coesão e na coerência do trecho, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O uso de "mesmo que" rompe a coerência local do trecho porque a concessão admite um fato — a filha soltava as mãos — que contradiz a ideia de proteção defendida pela narradora ao longo do parágrafo, criando uma tensão semântica sem resolução.
- (B) O "mesmo que" estabelece coesão referencial ao retomar "mãos" como elo entre as duas orações, mas enfraquece a coerência ao sugerir que a busca da mãe e a busca da filha têm o mesmo objeto, gerando uma sobreposição de intenções que o texto não resolve.
- (C) A concessão introduzida por "mesmo que" é coerente com o texto porque admite que a filha buscava afastamento, sem que isso negue o vínculo — o que garante a unidade de sentido entre a proteção da mãe e a autonomia crescente da filha.
- (D) A concessão funciona como recurso de coesão sequencial, organizando as ações em ordem cronológica — primeiro a filha solta a mão, depois a mãe busca, depois a filha busca independência —, o que confere ao trecho uma progressão temporal coerente com a narrativa.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

O Brasil tem enfrentado desafios relacionados ao controle de doenças e à ampliação do acesso aos serviços de saúde, especialmente diante de surtos e epidemias recentes. A atuação do Sistema Único de Saúde envolve ações de prevenção, vacinação e atendimento à população em diferentes regiões do país. Nesse contexto, qual medida é considerada essencial para o controle de doenças no Brasil?

- (A) Ampliação das campanhas de vacinação em todo o país.
- (B) Interrupção de campanhas preventivas em nível nacional.
- (C) Compartilhamento do sistema público com atendimento privado.
- (D) Redução do acesso da população aos postos de saúde.

Questão 32

Após a emancipação política, a consolidação de Barra Bonita como município exigiu a formalização de suas estruturas de governo. Esse momento marcou o início do funcionamento efetivo da administração pública local, garantindo autonomia política e administrativa. Com base no texto apresentado, qual evento simbolizou a instalação oficial da estrutura administrativa do município?

- (A) Elevação da localidade à condição de distrito administrativo formal.
- (B) Realização do plebiscito para definição da emancipação municipal.
- (C) Agregação territorial de áreas de municípios vizinhos próximos.
- (D) Instalação dos poderes Executivo e Legislativo em sessão solene.

Questão 33

Segundo o Regime Jurídico Único e o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Barra Bonita (SC), além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor algumas vantagens. Analise as assertivas abaixo e classifique como verdadeira (V) ou falsa (F), caso seja ou não uma dessas vantagens.

- Indenização.
- Prêmio.
- Abono.
- Gratificações e adicionais.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, F, V.

Questão 34

O processo de colonização de Santa Catarina contou com a participação de diferentes grupos europeus, que contribuíram para a formação cultural e arquitetônica do estado. Algumas localidades preservam características marcantes dessas influências, refletidas no modo de vida e nas construções típicas. Nesse contexto, qual município catarinense foi fundado por imigrantes austríacos?

- (A) Treze Tílias.
- (B) Lages.
- (C) Chapecó.
- (D) Blumenau.

Questão 35

A Lei Orgânica do Município de Barra Bonita (SC) estabelece diretrizes que orientam a atuação dos cidadãos e de seus representantes na promoção do desenvolvimento e da justiça social. Esses objetivos envolvem aspectos econômicos, sociais e éticos voltados ao bem coletivo. Nesse contexto, qual alternativa apresenta corretamente um dos objetivos fundamentais previstos nessa legislação municipal?

- (A) Erradicar a pobreza e reduzir desigualdades sociais.
- (B) Restringir direitos com base em critérios sociais e econômicos.
- (C) Vetar a participação social nas decisões públicas locais.
- (D) Fomentar prioritariamente o desenvolvimento do espaço urbano.